

DATA MERCANTIL

São Paulo



SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM ✓ TRANSPARÊNCIA, ✓ SEGURANÇA E ✓ QUALIDADE.

datamercantil.com.br

SÃO PAULO, *Sábado*, 23, *Domingo*, 24 e *Segunda-Feira*, 25 de maio de 2026 | edição nº 1534

R\$ 2,50

JUSTIÇA SUSPENDE TRIBUTAÇÃO DE 10% DO IR SOBRE DIVIDENDOS PARA EMPRESA DO LUCRO REAL

A Justiça Federal de São Paulo concedeu uma liminar suspendendo a retenção de 10% do IR (Imposto de Renda) sobre lucros e dividendos distribuídos aos sócios da empresa Jardim Elétrico Produções Ltda., tributada pelo regime do lucro real.

A decisão, da juíza Cristiane Farias Rodrigues dos Santos, da 9ª Vara Cível Federal de São Paulo, afasta a aplicação de dispositivos da Lei nº 15.270/2025 (nova lei do IR), que desde janeiro passou a prever a tributação de dividendos pagos a pessoas físicas.

A nova legislação determinou a cobrança de 10% de IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) sobre lucros e dividendos pagos

por empresas a pessoas físicas sempre que o valor ultrapassar R\$ 50 mil por mês. A regra faz parte do pacote criado pelo governo federal para compensar a ampliação da faixa de isenção do IR para contribuintes que recebem até R\$ 5.000 mensais.

A magistrada entendeu que a sistemática criada pela nova lei viola os princípios constitucionais da progressividade, capacidade contributiva e isonomia tributária. Segundo a juíza, a alíquota fixa de 10% desconsidera diferenças entre contribuintes e rompe com a lógica tradicional de progressividade do IR, baseada em faixas de renda.

Procurada pela reportagem para se manifestar sobre a liminar, a PGFN

(Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) afirmou que a Fazenda está analisando o caso e estuda interpor recurso para reverter a decisão.

"A PGFN informa que acompanha ativamente diversos processos sobre o tema no âmbito do TRF da 3ª Região, com resultados majoritariamente favoráveis à União, até o momento. Dos 15 desembargadores que integram as turmas tributárias do Tribunal, nove já proferiram decisões favoráveis à Fazenda", disse em nota.

Para Júlio de Oliveira, tributarista e sócio do Machado Associados, a magistrada considerou adequadamente que o aumento fixo de 10% agride princípios.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Governo Lula congela R\$ 22,1 bi no Orçamento para reduzir fila do INSS às vésperas da eleição

Lula abre vantagem sobre Flávio após 'Dark Horse', aponta Datafolha

Dino critica autocontenção, bandeira de Fachin, e diz que STF não é inimigo do Brasil

Receita libera consulta ao maior lote de restituição da história



Robbin capta US\$ 108 milhões para ampliar crédito B2B com infraestrutura baseada em Pix



NO MUNDO

Países europeus condenam violência na Cisjordânia e pedem fim da expansão de assentamentos israelenses



Itália, França, Reino Unido e Alemanha pediram nesta sexta-feira (22) que Israel interrompa a expansão de assentamentos na Cisjordânia ocupada, condenaram o aumento da violência praticada por colonos israelenses e alertaram empresas envolvidas em projetos de construção na região sobre os riscos legais e de reputação.

Em comunicado conjunto, os quatro países afirmaram que o governo israelense deve "pôr fim à expansão dos assentamentos e de seus poderes administrativos", além de responsabilizar colonos envolvidos em atos violentos e investigar denúncias

contra forças israelenses.

Os governos dos países europeus também reiteraram que "os assentamentos israelenses na Cisjordânia são ilegais". E acrescentaram que a situação no território se deteriorou de forma significativa nos últimos meses. "A violência dos colonos atingiu níveis sem precedentes", escreveram os líderes europeus.

O comunicado diz ainda que as políticas do governo israelense, sobretudo a ampliação do controle sobre a Cisjordânia, comprometem "a estabilidade e as perspectivas de uma solução de dois Estados" para o conflito israelense-palestino.

Os quatro países também defenderam o fim das res-

trições financeiras impostas à Autoridade Palestina e à economia palestina. "Nós nos opomos firmemente àqueles, incluindo membros do governo israelense, que defendem a anexação e o deslocamento forçado da população palestina", diz o texto.

A pressão se concentra especialmente no chamado projeto E1, aprovado por Israel em 2025. O plano prevê a construção de 3.400 moradias em uma área de 12 quilômetros quadrados a leste de Jerusalém.

Segundo críticos, o projeto dividirá a Cisjordânia em duas partes, comprometendo a continuidade territorial de um eventual futuro Estado palestino. Folhapress

EUA obrigarão estrangeiros a sair do país para pedir green card

O Serviço de Cidadania e Imigração dos Estados Unidos (USCIS) anunciou hoje que estrangeiros que buscam regularizar sua situação migratória no país deverão retornar aos países de origem para fazer o pedido.

Donald Trump determinou que portadores de vistos temporários que desejam permanecer nos EUA retornem ao país de origem para ajustar o status migratório. A medida foi anunciada hoje em um memorando.

Segundo Zach Kahler, porta-voz do USCIS, a medida reduz a necessidade de "localizar e deportar" imigrantes em situação irregular. Ele afirmou ainda que visitas ao país- como cursos

temporários e empregos com prazo determinado -não devem servir como primeiro passo para obtenção de visto permanente.

Doug Rand, ex-funcionário do USCIS, criticou a medida e afirmou que o objetivo da política é a exclusão. A declaração foi dada à imprensa dos EUA.

A World Relief, organização humanitária cristã, afirmou em nota que a política ameaça famílias. "Essa política forçará a separação de maridos e esposas e de filhos de pais", diz o texto.

A política antimigração é uma das prioridades do governo Trump. Em janeiro deste ano, os EUA anunciaram a revogação de mais de 100 mil vistos desde o início do mandato. Folhapress



OMS África diz que risco de propagação do Ebola não deve ser subestimado



Seria um erro subestimar o risco representado pelo surto de Ebola, disse o diretor regional da OMS para a África nesta sexta-feira (22), alertando que apenas um caso poderia espalhar o vírus para além da República Democrática do Congo e de Uganda. Pelo menos 177 mortes são consideradas ligadas ao surto de Ebola na RD Congo, com quase 750 casos suspeitos, afirmou o diretor-geral da OMS (Organização Mundial da Saúde) nesta sexta-feira (22). Dois casos também foram confir-

mados na vizinha Uganda.

"Seria um grande erro subestimá-lo, especialmente com um vírus com essa cepa, Bundibugyo, (para a qual) não temos a vacina", disse Mohamed Yakub Janabi em uma entrevista na sede da OMS em Genebra.

"Portanto, eu realmente encorajaria a todos, vamos ajudar uns aos outros, podemos controlar isso", declarou ele.

Ele acrescentou que o surto de Ebola no Congo teve relativamente pouca atenção global em comparação com o surto de hantavírus deste mês, que

afetou passageiros de navio de cruzeiro de 23 países, incluindo grandes potências.

"Basta um caso de contato para colocar todos nós em risco, portanto, meu desejo e minha oração são para que consigamos dar (ao Ebola) a atenção que ele merece", continuou ele.

O Ebola é um vírus frequentemente fatal que causa febre, dores no corpo, vômitos e diarreia. Ele se espalha por meio do contato direto com fluidos corporais de pessoas infectadas, materiais contaminados ou pessoas que morreram da doença. CNN

**DATA
MERCANTIL** São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque
● Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Governo Lula congela R\$ 22,1 bi no Orçamento para reduzir fila do INSS às vésperas da eleição



O aumento expressivo na previsão de despesas com benefícios previdenciários e assistenciais levou o governo de Luiz Inácio Lula da Silva a anunciar nesta sexta-feira (22) um bloqueio de R\$ 22,1 bilhões em gastos no Orçamento de 2026.

A medida busca abrir espaço para a redução da fila do INSS, uma das preocupações de Lula após o recorde de 3,12 milhões em fevereiro se tornar uma fonte de desgaste para o petista na busca pela reeleição.

O congelamento dos recursos ocorre mesmo diante da alta de R\$ 4,4 bilhões na previsão de receitas líquidas, puxadas pelos ganhos ligados ao preço maior do petróleo. No entanto, o limite de despesas institu-

ído pelo arcabouço fiscal trava o uso desses recursos e obriga o governo a fazer o ajuste nos gastos.

O bloqueio vai atingir ações de custeio (como manutenção, compra de materiais, entre outros) e investimentos em obras ou compra de máquinas, bem como parte das emendas parlamentares, em um período crucial dos preparativos para a campanha eleitoral.

Algumas despesas ficarão vedadas pela lei eleitoral a partir do início de julho --ou seja, a trava pode, na prática, antecipar esse impedimento, a depender de quais áreas sejam atingidas. Esse detalhamento será divulgado no fim deste mês por meio do decreto de programação orçamentária.

O bloqueio expressivo de recursos se soma ao R\$ 1,6 bilhão que já havia sido congelado pelo governo em março, elevando o bloqueio total a R\$ 23,7 bilhões. Na ocasião, porém, o tamanho da trava frustrou o mercado financeiro, dado que a própria equipe econômica vinha sinalizando até então a expectativa de fazer um esforço maior já na largada.

A ideia era começar o ano com um bloqueio mais amplo, para indicar compromisso com as contas públicas e expressar no Orçamento a intenção do governo de acelerar as análises e concessões de benefícios da Previdência Social e do BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

Folhapress

Renegociação de dívida no novo Desenrola atrasa em parte dos bancos digitais

Mais de duas semanas após o lançamento do novo Desenrola Brasil, parte dos bancos digitais e fintechs ainda não começou a oferecer oficialmente as renegociações previstas no programa do governo federal. Algumas instituições digitais afirmam que seguem em fase de integração operacional e prometem liberar o serviço nos próximos dias.

Muitos dos bancos de menor porte ainda não estavam conectados ao FGO (Fundo de Garantia de Operações), que é o veículo do governo que vai cobrir eventuais calotes que os bancos venham a levar depois de renegociar a dívida dos clientes, segundo pessoas familiarizadas com o assunto. Portanto, elas têm que aderir ao FGO e, depois disso, precisam conectar seus sistemas ao do fundo, um processo que pode levar cerca de um mês.

Lançado em 4 de maio pelo Ministério da Fazenda, o novo Desenrola prevê 90 dias para renegociação de dívidas bancárias, com descontos, parcelamentos e possibilidade de uso do FGTS (Fundo de Garantia

do Tempo de Serviço) para abatimento dos débitos.

Apesar disso, a adesão entre as instituições financeiras ainda ocorre de forma gradual. Logo depois do anúncio oficial do Desenrola, o programa demorou alguns dias para ganhar impulso em bancos tradicionais, com instituições oferecendo apenas pré-cadastros e restrições no parcelamento das dívidas. O uso do FGTS só será liberado no próximo dia 25.

Segundo a Zetta, associação que reúne fintechs e bancos digitais, os associados aderiram ao novo Desenrola Brasil, mas o início das renegociações depende dos fluxos internos de cada instituição e de ajustes operacionais necessários para viabilizar os processos.

Folhapress



Receita libera consulta ao maior lote de restituição da história



A Receita Federal libera, nesta sexta-feira (22), a partir das 10 horas, a consulta ao maior lote de restituição do imposto de Renda da história. Um total de 8.749.992 contribuintes receberão R\$ 16 bilhões. O pagamento contempla o primeiro lote da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física de 2026 e restituições residuais de anos anteriores.

Em nota, a Receita informou que o lote recorde se deve à agilidade no processamento das declarações e do avanço das ferramentas de modernização e automação adotadas pelo órgão.

O primeiro lote de 2026, informou o órgão, representa 40% das restituições previstas para serem pagas

este ano, tanto em valores quanto em número de contribuintes.

Dos R\$ 16 bilhões desse lote, R\$ 8,64 bilhões irão para contribuintes com prioridade legal no reembolso.

As restituições estão distribuídas da seguinte forma: 4.959.431 contribuintes que usaram a declaração pré-preenchida e/ou optaram simultaneamente por receber a restituição via Pix (prioridade não determinada por lei);

2.256.975 contribuintes de 60 a 79 anos (prioridade legal);

1.054.789 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério (prioridade legal);

256.697 contribuintes acima de 80 anos

(prioridade legal); 222.100 contribuintes com deficiência física ou mental ou doença grave (prioridade legal).

Neste lote, não haverá o pagamento a contribuintes sem prioridade.

A consulta pode ser feita na página da Receita Federal na internet. Basta o contribuinte clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, no botão "Consultar a Restituição". Também é possível fazer a consulta no aplicativo da Receita Federal para tablets e smartphones.

O recorde anterior tinha sido registrado no primeiro lote de 2025, que contemplou créditos de R\$ 11 bilhões para 6,2 milhões de contribuintes.

ABR

POLÍTICA

Lula abre vantagem sobre Flávio após 'Dark Horse', aponta Datafolha



Na primeira pesquisa do Datafolha após a eclosão do caso "Dark Horse" na campanha de Flávio Bolsonaro, o presidente Lula (PT) ampliou de 3 para 9 pontos a vantagem sobre o senador pelo PL do Rio na simulação de primeiro turno, marcando 40% ante 31% do rival.

Há uma semana, Lula estava em empate técnico dentro da margem de erro de dois pontos percentuais do levantamento: 38% a 35%. No cenário do segundo turno, a igualdade em 45% virou agora uma vantagem de 47% a 43% para o petista.

Na semana passada, o instituto havia divulgado um levantamento cuja maioria das entrevistas

havia sido feita antes da revelação de que Flávio havia pedido dinheiro para o ex-banqueiro Daniel Vorcaro, sob a justificativa de financiar um filme sobre a vida de seu pai, o ex-presidente condenado por tentativa de golpe Jair Bolsonaro.

Agora, o Datafolha voltou às ruas de quarta (20) a quinta-feira (21) com o episódio já amplamente conhecido: 64% dos 2.004 entrevistados em 139 cidades disseram ter ouvido falar do caso, com um percentual igual de ouvidos que acham que o senador agiu mal.

No cenário mais provável hoje de primeiro turno, Lula e Flávio seguem isolados à frente. Os ex-governadores Ronaldo Caiado (PSD-GO, 4%) e Romeu Zema (No-

vo-MG, 3%) empatam com Renan Santos (Missão) e Samara Martins (UP), ambos com 3%.

Tecnicamente no mesmo patamar estão Augusto Cury (Avante, 2%), Rui Costa Pimenta (PCO, 1%), Cabo Daciolo (Mobiliza, 1%) e Aldo Rebelo (DC, 1%), removido da disputa pelo seu partido, que agora fala em indicar o ex-ministro do Supremo Joaquim Barbosa. O movimento ocorreu após o registro da pesquisa, sob o código BR-07489/2026 no TSE.

Lula segue em vantagem numa hipotética segunda rodada ante seus outros rivais. Da semana passada para cá, passou de 46% a 48% no embate com Caiado, que ficou em 39%. Folhapress

Dino critica autocontenção, bandeira de Fachin, e diz que STF não é inimigo do Brasil



O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Flávio Dino criticou nesta sexta-feira (22) o apelo por autocontenção do Judiciário, que chamou de "moda do momento" e que é uma bandeira do presidente da corte, Edson Fachin.

Ele também defendeu que há uma confusão entre defesa de direitos sociais e ativismo judicial. "Aplicar direitos sociais não é ser ativista. É o debate da moda, dessas superficialidades, da etiquetagem, que simplificam a vida das pessoas, mas neste caso simplificam, obscurecendo a compreensão da realidade."

Segundo Dino, circula a opinião de que os defensores dos direitos de igualdade mereceriam "o fogo do inferno".

Justiça italiana nega extradição de Carla Zambelli ao Brasil

A Corte Suprema de Cassação, última instância da Justiça italiana, negou autorização para que a ex-deputada Carla Zambelli (PL-SP) seja extraditada para o Brasil. Os juízes da última instância anularam a decisão da Corte de Apelação, em decisão comunicada pouco depois das 21h (16h em Brasília) aos advogados. Ainda é incerto quando ela poderá ser liberada da prisão em que está desde o fim de julho em Roma.

Na audiência realizada pela manhã, em Roma, seis juízes analisaram, em cerca de uma hora, recurso apresentado pela defesa contra a decisão da Corte de Apelação. A instância anterior havia sido favorável ao envio de Zambelli ao Brasil, para cumprir pena de prisão. As justificativas para a rejeição do recurso devem ser publicadas nos próximos dias.

Segundo o advogado Pieremilio Sammarco, que defende a ex-deputada na Itália, foram apresentados como argumentos contra a extradição supostos "vícios processuais" no julgamento feito pelo STF, as condições

carcerárias no presídio no Brasil para onde ela iria e o estado de saúde de Zambelli.

"Há várias contradições e omissões na sentença da Corte de Apelação, como o fato de não ter se pronunciado sobre a averiguação das condições da Colmeia, como o tamanho das celas e a existência de serviço sanitário adequado", disse o advogado, ao fim da audiência.

Sammarco disse ainda que Zambelli teria tido piora em seu estado de saúde recentemente, mas não deu detalhes. A defesa voltou a pedir que ela deixe o complexo penitenciário de Rebibbia, em Roma. A solicitação será avaliada pela Justiça na próxima terça-feira (26).

O governo brasileiro foi representado na audiência pelo advogado Enrico Giarda, contratado por meio da AGU. "Pedimos a rejeição do recurso e evidenciamos que o processo brasileiro não pode ser refeito na Itália. O procedimento de extradição se baseia em argumentos técnicos e específicos, os quais a Corte de Apelação examinou integralmente", afirmou. Folhapress

O magistrado, por outro lado, também levantou suspeitas sobre a dicotomia entre ativismo judicial e a autocontenção.

Para Dino, juízes que se dizem autocontidos são mentirosos, pois seria impossível "exercer o ato de julgar sem interpretar". Do mesmo modo, magistrados que se definem como ativistas são maus juízes porque "brincam de Deus".

O ministro tem encaixado um movimento paralelo à proposta de código de ética defendida pelo presidente do STF, Edson Fachin. Ele deu decisões que limitaram penduricalhos e proibiram a aposentadoria compulsória como punição a magistrados.

O ministro também defendeu publicamente reformas no sistema de Justiça.

Em artigo, ele afirma que são necessárias revisões processuais e administrativas para aprimorar a celeridade e a legitimidade do Judiciário. O plano de fundo é uma crise sem precedentes de imagem do STF e da Justiça.

As declarações de Dino foram dadas em evento na sala Paulo Freire, no Tucarena, teatro PUC-SP. Dino recebeu o título de doutor por notório saber (também chamado de honoris causa) por iniciativa da faculdade de direito da universidade.

Segundo o ministro, até hoje, essa foi a primeira homenagem desse tipo que recebeu. Lembrou também que foi a primeira honraria outorgada por uma universidade que não fosse do Norte ou Nordeste. Folhapress

STARTUP

Robbin capta US\$ 108 milhões para ampliar crédito B2B com infraestrutura baseada em Pix



A Robbin anunciou uma captação total de US\$ 108 milhões para ampliar sua operação de crédito B2B no Brasil. O montante inclui uma rodada seed de US\$ 8 milhões e a estruturação de um FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) de US\$ 100 milhões em parceria com a gestora Augme, da XP Investimentos.

A rodada seed foi co-liderada por Canary, Atlântico e Caravela, com participação da AB Seed, Norte Ventures e dos fundos internacionais Clocktower e Tomorrow Capital. Já o FIDC será destinado exclusivamente à operação de crédito da plataforma.

Segundo a empresa, os recursos serão utilizados

para expandir a plataforma de pagamentos e crédito baseada em inteligência artificial e desenvolver agentes voltados à automação de processos financeiros da indústria. “Recentemente lançamos o Robbinson, um assistente de IA para a força de vendas da indústria, aprovando crédito em tempo real no WhatsApp”, afirmou Leonardo Moura, CEO da Robbin.

A operação da Robbin é baseada em um modelo co-branded, no qual indústrias oferecem cartões virtuais para suas redes de varejistas. A solução permite acesso a crédito, prazos de pagamento e programas de benefícios vinculados às compras realizadas junto às indústrias parceiras. Diferentemente dos modelos

tradicionais de cartão, a infraestrutura de pagamentos da empresa utiliza Pix para liquidação em tempo real.

De acordo com a fintech, o objetivo é atender uma demanda ainda pouco digitalizada na relação entre indústria e varejo. “O lojista de ponta passou por uma revolução enorme em pagamentos, com cartões de crédito acoplados a benefícios, BNPL, diversas opções de parcelamento e experiências fluidas. O elo entre indústria e varejo ficou parado no tempo, a má calibragem de limites de crédito, prazos curtos e rígidos e experiência de pagamentos da década de 1980 têm limitado o crescimento do mercado. É esse gap que estamos atacando”, disse Moura.

Startupi

theGarage projeta R\$3,2 milhões com novo ecossistema de IA

O theGarage, criado pela Nexmuv, estruturou uma nova frente de negócios voltada à aplicação de inteligência artificial nas empresas e projeta alcançar cerca de R\$ 3,2 milhões em contratos recorrentes até 2027. A iniciativa, chamada theGarage IA, reúne diagnóstico, capacitação e desenvolvimento de soluções personalizadas para apoiar a adoção de IA nas organizações.

O movimento amplia a atuação da companhia, que nos últimos anos trabalhou com projetos sob demanda, desenvolvimento de produtos e criação de startups. A nova frente foi organizada em três pilares: Hub de IA & Negócios, IA Lab e Studio IA, que atuam em diferentes etapas da jornada das empresas.

O Hub funciona como ponto de conexão entre lideranças, comunidades e demandas de mercado, além de promover eventos, conteúdos e relatórios segmentados por setor. O IA Lab é responsável pelo diagnóstico e definição da estratégia, enquanto o Studio IA atua no desenvolvimento das soluções, incluindo agentes de inteligência artificial implementados em ciclos que variam de 15 a 60 dias.

As empresas passam

por um diagnóstico que avalia quatro dimensões: pessoas, processos, tecnologia e segurança de dados. A partir dessa análise, é elaborado um plano que pode incluir capacitação, realizada em parceria com outras instituições, além da implementação das soluções em conjunto com as equipes internas. A proposta é integrar o uso da IA às operações das empresas.

Carlos Perobelli afirma que a iniciativa surgiu da percepção de que o principal desafio da inteligência artificial nas empresas está relacionado à aplicação nos processos internos. “Existe muito avanço nas ferramentas, mas pouca maturidade na aplicação nos processos de negócios e de tecnologia. O que a gente percebe é que, sem processo, governança e preparo das pessoas, a IA não se sustenta no dia a dia. Por isso, estruturamos uma abordagem que começa no diagnóstico, passa pela capacitação, validação do ROI e só depois chega na implementação”, diz.

A criação do theGarage IA também está ligada ao theGarage Startup Studio da companhia. Soluções desenvolvidas dentro do ecossistema podem evoluir para novos negócios e se tornar startups estruturadas dentro do Studio.

Startupi

Captação de investimento: sua startup ainda não está pronta para o atual cenário do mercado brasileiro?



O mercado brasileiro de venture capital encerrou 2025 com uma retração de 13% no volume total de investimentos, somando US\$ 4,5 bilhões em 459 rodadas. Em número de aportes, a queda foi ainda mais expressiva: 22%, segundo levantamento da plataforma Sling Hub. O dado revela um cenário em que o capital continua disponível, mas os fundos estão mais seletivos do que nunca.

Nesse contexto, iniciar uma captação sem maturidade suficiente pode enfraquecer a negociação e comprometer a percepção do mercado sobre o negócio,

com efeitos que podem ser duradouros. Para a Bluefields, aceleradora de negócios e plataforma de inovação, entender o momento certo de buscar investimento é tão estratégico quanto o próprio processo de captação.

Além da maior seletividade dos fundos privados, o ambiente brasileiro enfrenta um desafio estrutural no financiamento early-stage. Embora existam instrumentos públicos de fomento à inovação, muitos deles ainda são altamente técnicos e burocráticos, o que restringe o acesso de empreendedores fora do ambiente acadêmico. Na prática, parte do capital

acaba circulando de forma recorrente entre projetos pouco conectados à validação comercial, reduzindo a formação de um pipeline mais amplo de startups preparadas para escalar.

“A captação precisa acontecer quando a empresa já demonstra consistência operacional, clareza estratégica e validação real de mercado. No cenário brasileiro atual, o investidor está mais técnico e menos disposto a assumir riscos que poderiam ser mitigados com organização interna e preparo estrutural”, afirma Paulo Humaitá, fundador e CEO da Bluefields.

Startupi

Ursban Logística Ambiental S/A

CNPJ/MF nº 35.351.726/0001-53

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Demonstrações Contábeis referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)

Balancos Patrimoniais			
Ativo	31/12/2025	31/12/2024	Passivo
Ativo Circulante	31.855.237	29.255.544	Passivo Circulante
Disponível	4.442.257	32	Fornecedores
Bancos	-	32	Obrigações Trabalhistas
Aplicação financeira	4.442.257	-	Obrigações Sociais
Cientes	1.567.008	8.750.789	Contas a Pagar
Duplicatas a Receber	1.567.008	8.750.789	Empréstimos
Outros Créditos	25.845.972	20.504.723	Provisões trabalhistas
Adiantamentos	110.000	-	Passivo Não Circulante
Tributos a recuperar	4.005.888	3.350.019	Exigível a Longo Prazo
Despesas Antecipadas	42.112	24.361	Patrimônio Líquido
Empréstimos	21.687.972	17.130.342	Capital Social
Ativo Não Circulante	29.313.327	29.419.677	Capital Social
Imobilizado	1.040.221	1.146.571	Capital Social
Máquinas e Equipamentos	275.213	271.468	Capital Social
Veículos	1.340.145	1.335.145	Resultados do Exercício
Móveis e Utensílios	63.172	35.947	Resultados Acumulados
Equipamentos de Informática	29.441	20.719	Ajustes Exercícios anteriores
(-) Depreciação Acumulada	(667.750)	(516.707)	Resultados do Exercício
Intangível	28.273.106	28.273.106	Total do Passivo
Acervo Técnico	19.153.133	19.153.133	
Licença em Uso	9.119.973	9.119.973	
Total do Ativo	61.168.564	58.675.222	

Demonstração de Resultados			
	31/12/2025	31/12/2024	
Receita Operacional Bruta			
Receita de Serviços Prestados	30.813.151	38.024.798	
(-) Deduções da Receita Bruta	(2.117.413)	(4.060.605)	
Receita Operacional Líquida	28.695.738	33.964.193	
(-) Custo dos Serviços Prestados	(11.782.540)	(14.583.878)	
Resultado Operacional Bruto	16.913.197	19.380.315	
Despesas/ Receitas Operacionais			
(-) Despesas com Pessoal	(7.608.658)	(13.051.845)	

Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido						
	Capital Social	Reservas de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ajustes Exercícios Anteriores	Resultado do Exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	30.000.000	-	-	6.097.660	414.147	36.511.808
Ajustes Exercícios Anteriores	-	-	-	6.500.083	-	6.500.083
Resultado do Exercício	-	-	-	53.664	-	53.664
Distribuição de Lucros Sócios						
Saldos em 31 de dezembro de 2024	30.000.000	-	-	12.651.406	414.147	43.065.554
Ajustes Exercícios Anteriores	-	-	-	(7.402.892)	92.784	(7.310.108)
Resultado do Exercício	-	-	-	5.826.071	5.826.071	5.826.071
Distribuição de Lucros Sócios						
Saldos em 31 de dezembro de 2025	30.000.000	-	-	5.248.514	6.333.003	41.581.518

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto			
	31/12/2025	31/12/2024	
1 – das Atividades Operacionais:			
(A) Resultado Líquido Ajustado	5.826.071	53.664	(E) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Não Circulante
Lucros (Prejuízos) do Exercício	151.043	258.376	Parcelamentos Fiscais – L.P.
Depreciação e Amortização	-	-	Provisões Fiscais – L.P.
Reservas de Lucro	-	-	(-) Acréscimo/Decréscimo Passivo Circulante
Ajustes Exercícios Anteriores	(7.349.386)	6.501.211	Total das Atividades Operacionais
Distribuição de Lucros	-	-	(A+B+C+D+E)
(-) Resultado Ajustado	(1.372.272)	6.813.250	2 – das Atividades de Investimentos:
(B) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Circulante			(-) Aumento de Investimentos/(+) Redução de Investimentos
Clientes	(7.183.781)	5.597.049	(-) Aquisição do Imobilizado/(+) venda de imobilizado
Outros Créditos	5.341.249	652.744	Total das Atividades de Investimentos
Estoques	(1.842.532)	6.249.793	257.394
(-) Acréscimo/Decréscimo Ativo Circulante			3 – das Atividades de Financiamentos:
(C) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Não Circulante			Empréstimos e Financiamentos
Depósitos Judiciais	-	-	Total das Atividades de Financiamentos
(-) Acréscimo Decréscimo Ativo Não Circulante			4.442.225
(D) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Circulante			Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa (1+2+3)
Fornecedores	(731.306)	(9.160.496)	Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	657.038	415.075	Varição Ocorrida no Período
Obrigações Tributárias	(2.391.374)	(853.063)	Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício
(-) Acréscimo/Decréscimo Passivo Circulante	(2.465.642)	(9.598.484)	4.442.257

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

1. Contexto Operacional – A Ursban Logística Ambiental S/A, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Engenheiro Antônio Jovino, nº 220, 2.º andar, CJ 24, Vila Andrade, São Paulo/SP, CEP 05727-220, tem por objeto social a coleta de lixo urbano, varrição de vias e logradouros públicos, implantação, operação e manutenção de aterro sanitário, coleta de lixo hospitalar e ambulatorial, prestação de serviços de engenharia, exploração de ramos da construção civil em geral, incluindo execução de projetos, consultoria e assessoria, terraplenagem, recapamento e pavimentação asfáltica e obras complementares, prestação de

serviços de higiene e limpeza urbana, prestação de serviços de higiene e limpeza de prédios públicos e privados, execução de obras de saneamento, execução de serviços de manutenção urbana e predial, locação de bens móveis e equipamentos, implantação, manutenção e conservação de áreas verdes, praças, parques e jardins. **2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis** – As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Diretoria executiva	
Ubiratan Sebastião de Carvalho – Diretor Presidente	Rosimar Cipriano Carvalho – Diretora
Acionistas	
Santo Amaro Participações Ltda.	Construrban Logística Ambiental Ltda. Em Recuperação Judicial
São Pedro Incorporações E Participações S/C Ltda.	Cidadeusa Holding S.A.
Contador	
Marco Antônio Vito da Silva – CRC 1SP 212.839/O-0	

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores da Ursban Logística Ambiental Sociedade Anônima São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Ursban Logística Ambiental S/A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ursban Logística Ambiental S/A ("Companhia") em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase – Pronunciamentos contábeis:** A Administração Ursban Logística Ambiental S/A, continua em andamento com o processo de adequação aos Pronunciamentos Contábeis (CPCs), Normas Internacionais e Lei 11.638/07 e todos os pronunciamentos que não foram observados neste exercício e que possam gerar efeitos relevantes de ajustes nas demonstrações contábeis, deverão ser adotados no exercício seguinte. Conforme nota explicativa, a Companhia está em implantação de um novo modelo de gestão contábil e financeiro, de sistemas e de controles internos, reorganização societária, inclusive com a contratação de especialistas em cada área relevante da Companhia, no intuito da adequada apuração de seus demonstrativos contábeis e financeiros, melhorando desta forma suas informações operacionais. **Ênfase – Contingências:** A Companhia vem apurando possíveis contingências existentes na data de seu balanço, para fazer face às perdas estimadas por seus advogados. **Ênfase – Ajustes de exercícios anteriores:** São considerados como ajustes de exercícios anteriores, os fatos decorrentes de mudança de critério contábil ou de retificação de erro imputável a exercício anterior, desde que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes (art. 186, § 1º LEI Nº 6.404/76). Em atendimento ao disposto no Pronunciamento Técnico CPC 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, para fins de adequação desses saldos, os erros identificados não foram corrigidos em suas respectivas contas patrimoniais em contrapartida de Ajustes de Exercícios Anteriores, no Patrimônio Líquido, os quais totalizaram em 31 de dezembro de 2025 o valor líquido de R\$ 5.248.514 e em 31 de dezembro de 2024 o valor líquido de 12.597.901. **Auditoria do período anterior:** As demonstrações contábeis da Ursban Logística Ambiental S/A para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram anteriormente por nós auditadas, e não conteve modificações em nossa opinião datada em 28 de abril de 2025. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demons-

trações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aquelas com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 10 de abril de 2026.

AH Audit Home Auditores Independentes S/S – CRC 2SP 022.333/O-5
Paulo Alves das Flores – CRC 1 SP 196.616/O-0

PUBLICIDADE LEGAL

DM Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 91.669.747/0001-92 – NIRE 35.300.613.414

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2026

Data, Hora e Local: 30/04/2026, às 14h30, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da única acionista. **Mesa:** Sr. Denis César Correia ("Presidente"), e Sr. Tharik Camocardi de Moura ("Secretário"). **Publicações:** As demonstrações financeiras da Companhia e demais documentos, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2025, foram publicadas no Jornal Data Mercantil na edição impressa no dia 24/04/2026, na página 04 e, de forma simultânea, no sítio eletrônico do Jornal Data Mercantil, nas páginas 05, 06 e 07; e (b) no site da Companhia. **Ordem do Dia:** (i) Analisar, discutir e deliberar sobre as contas da administração, o balanço patrimonial, demonstrações financeiras e resultado econômico da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2025; (ii) A destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2025; e (iii) Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à formalização das deliberações aprovadas. **Deliberações:** (i) Aprovar integralmente e sem ressalvas as contas dos administradores, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras e o resultado econômico da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025; (ii) No exercício social encerrado em 31/12/2025, a Companhia registrou o **prejuízo líquido de R\$ 52.621.380,76**. (iii) Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação da matéria aprovada. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foram encerrados os trabalhos. São José dos Campos/SP, 30/04/2026. **Mesa:** Denis César Correia – **Presidente;** Tharik Camocardi de Moura – **Secretário.** JUCESP – Registro nº 217.047/26-9 em 19/05/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Zaaz Provedor de Internet e Telecomunicações S.A.

CNPJ/MF 26.453.505/0001-03 – NIRE 35.300.588.525

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 12 de Maio de 2026

Data, Horário e Local: Em 12/05/2026, às 12h, na sede social da Companhia. Presença: Presença da totalidade dos acionistas. **Mesa:** Presidente: Cristiano Pereira Santana; Secretário: Guilherme de Puppi e Silva. **Deliberações:** (i) aprovar a outorga, pela Companhia, em garantia das Obrigações Garantidas, da Alienação Fiduciária de Quotas da Zaaz No Ne, nos termos a serem previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Zaaz No Ne e no Contrato de Compartilhamento de Garantias; (ii) autorizar os administradores da Companhia, de forma direta ou indireta por meio de procuradores, a tomar todas as providências e praticar todos os atos que se fizerem necessários à realização da Emissão Zaaz No Ne, da Oferta Zaaz No Ne, à outorga da Alienação Fiduciária de Quotas da Zaaz No Ne e ao Compartilhamento de Garantias, incluindo a celebração de qualquer contrato, aditamento, certificado, comunicação, notificação ou outro documento, incluindo, conforme aplicável, sua negociação, para consecução da Emissão Zaaz No Ne, da Oferta Zaaz No Ne, da Alienação Fiduciária de Quotas da Zaaz No Ne e do Compartilhamento de Garantias, dentre os quais, o Contrato de Compartilhamento de Garantias e o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas da Zaaz No Ne, bem como a outorga de proações com validade até o cumprimento das Obrigações Garantidas; e (iii) ratificar todos os atos já praticados pelos administradores da Companhia relacionados aos itens anteriores. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar. **Mesa:** Presidente – Cristiano Pereira Santana; Secretário – Guilherme de Puppi e Silva. **Acionistas presentes:** Bali Brasil Serviços de Banda Larga S.A. e Boaz Corporações e Participações Ltda. Versão confere com original lavrada em livro próprio. **Mesa:** Cristiano Pereira Santana – Presidente; Guilherme de Puppi e Silva – Secretário. JUCESP nº 203.327/26-3 em 15/05/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Sleever International Ltda.

CNPJ/MF nº 01.931.323/0001-61 NIRE 35.214.565.466

Edital de Convocação – Reunião de Sócios

Conforme Cláusula 7ª, § 1º do Contrato Social da Sociedade, **Sleever International Company**, na condição de proprietária de quotas que representam mais que 1/3 (um terço) do capital social, convoca a todos os sócios para a Reunião de Sócios na seguinte forma. Às 10 horas do dia 04 de junho de 2026 ocorrerá a primeira convocação e às 10:30 horas a segunda convocação, que ocorrerá na sede da **Sleever International Ltda.**, localizada na Rua Toufic El Khouri Saad, nº 181, Bonsucesso, cidade de Guarulhos, estado de São Paulo, CEP 07.251-400. **Ordens do dia:** (i) Destituir o Sr. Gilles François Xavier Fresnel do cargo de Diretor Adjunto Comercial – Exportações da Sociedade; (ii) Consignar que o Sr. Eric Jacques Fresnel, embora eleito, nunca tomou posse do cargo de Diretor Adjunto para o Desenvolvimento, de modo que fica sem efeito a sua eleição; (iii) Aprovar a 2ª Alteração do Contrato Social da Sociedade, com a exclusão do Sr. Gilles François Xavier Fresnel e do Sr. Eric Jacques Fresnel do quadro de administradores da Sociedade. São Paulo, 21 de maio de 2026. **Sleever International Company**, p.p. Tama Tanzilli. (25, 26 e 27/05/2026)

Sleever International Ltda.

CNPJ/MF nº 01.931.323/0001-61 NIRE 35.214.565.466

Retificação - Edital de Convocação - Reunião de Sócios

Comunicamos que a publicação do **Edital de Convocação - Reunião de Sócios de 21/05/2026** nos jornais Data Mercantil e DOESP no dia 22/05/2026, teve o seguinte conteúdo retificado: No trecho onde descreve a data que será realizada a reunião de sócios: **• Onde se lê:** "às 10hs do dia 27/05/2026 ocorrerá a 1ª convocação e às 10h30 a 2ª convocação, que ocorrerá na sede da Sleever International Ltda., na R. Toufic El Khouri Saad, 181, Bonsucesso, Guarulhos/SP, CEP 07.251-400"; **• Leia-se:** "às 10hs do dia 04/06/2026 ocorrerá a 1ª convocação e às 10h30 a 2ª convocação, que ocorrerá na sede da Sleever International Ltda., na R. Toufic El Khouri Saad, 181, Bonsucesso, Guarulhos/SP, CEP 07.251-400".

GDPAR Participações S.A.

CNPJ nº 22.538.768/0001-56 - NIRE 3530056668-8

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/04/2026

Data, Hora e Local: Em 28/04/2026, às 16hs, na sede. **Convocação e Presença:** Dispensada após a confirmação de presença de todos os acionistas na presente data desta AGO. **Mesa:** Presidente: Luiz Alberto Azevedo Levy Júnior; Secretário: Fabio Cardoso Pirani. **Deliberações aprovadas:** deliberar sobre a seguinte matéria: Os presentes manifestaram-se cientes do Relatório da Diretoria e demais documentos, ressaltando que as Demonstrações Financeiras de 2025, publicadas no jornal **Data Mercantil** em 31/03/2026, foram submetidas à auditoria independente **Atreus Auditores Independentes**, documento esse que foi disponibilizado na Assembleia. Apresentada proposta pelo acionista Luiz Alberto Azevedo Levy Júnior para aprovação das Demonstrações Financeiras tais como publicadas e para aprovação das contas dos administradores. Colocada em discussão, não houve manifestação contrária, tendo sido aprovada por unanimidade. **Nada mais.** Santos, 28/04/2026. JUCESP nº 218.116/26-3 em 20/05/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

H2 Assets Participações S.A.

CNPJ/MF nº 47.312.028/0001-28 - NIRE 35.300.597.443

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os Senhores Acionistas da **H2 Assets Participações S.A.**, sociedade anônima com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1.748, conjunto 2205, sala 6, Cidade Monções, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04571-000 ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada em 29 de maio de 2026, às 10:00 horas, na sede social, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Aprovar ou ratificar a alienação da totalidade das ações de emissão da Estar S.A. (CNPJ/MF sob o nº 49.874.080/0001-01), de titularidade da Companhia, nos termos de Contrato de Investimento em Participação Societária e Outras Avenças, ou de instrumento(s) com denominação equivalente, e documentos complementares ou relacionados, conforme disponibilizados aos acionistas, mediante solicitação, para consulta na sede social ("Estar" e "Contratos", respectivamente); 2. Aprovar ou ratificar todos os atos necessários à implementação da operação referida no item anterior, bem como autorizar a administração da Companhia a praticar quaisquer outros atos necessários, incluindo, sem limitação, a negociação dos termos, condições e redações que melhor consultarem os interesses sociais, a assinatura e o cumprimento dos Contratos e de seus anexos (inclusive, a título exemplificativo, atas de assembleias, bônus de subscrição e acordos de acionistas das companhias envolvidas), a celebração de documentos complementares ou relacionados, a formalização da transferência das ações e o cumprimento de todas as obrigações neles previstas; 3. Aprovar ou ratificar o aumento do capital social no valor de até R\$35.052.126,99, ao preço de emissão entre R\$18,17 e R\$20,00, por ação, com fixação do preço por ação exato na própria Assembleia Geral, a ser integralizado em créditos contra a Companhia e/ou moeda corrente nacional. Poderão participar da AGE os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que observadas as disposições do artigo 126 da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 20 de maio de 2026. **Maurício Amibal Canero** Diretor. (21, 22 e 23/05/2026)

Instituto Stock

CNPJ/MF nº 41.939.485/0001-60

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Instituto Stock, pessoa jurídica de direito privado, sob a forma de associação civil, registra por seu Estatuto Social e pelas demais disposições legais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.939.485/0001-60 (a "Associação"), através de sua Diretora Presidente, Gabriela Cunha Veiga, nos termos dos Artigos 28 e 31 do Estatuto Social da Associação, convoca os associados da Associação para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 03 de junho de 2026, às 09h00, em primeira chamada e às 10h00, se o caso, em segunda chamada, na sede social da Associação, localizada na Avenida Marcos Penteado de Ulhoa Rodrigues, nº 939, 7º andar, sala 5, Edifício Jacarandá, Torre 1, Tamboré, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, para deliberar acerca (i) consignação das renúncias apresentadas pela Diretora Presidente e pela Diretora Vice-Presidente; (ii) da eleição e posse das novas ocupantes aos cargos vagos de Diretora Presidente e Diretora Vice-Presidente, para cumprimento do mandato atualmente vigente; (iii) destituição de membros do Conselho Fiscal; e (iv) eleição e posse de novos membros do Conselho Fiscal, para cumprimento do mandato atualmente vigente. Barueri, 22 de maio de 2026. **Gabriela Cunha Veiga** – Diretora Presidente. (22, 23 e 26/05/2026)

PUBLICIDADE LEGAL

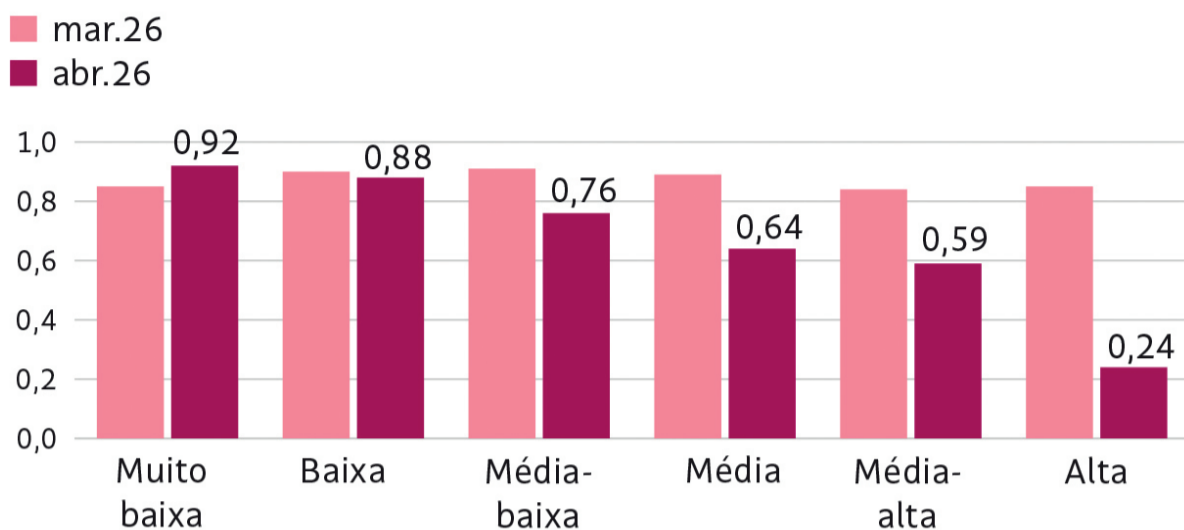
Brodowski Saneamento S.A.

CNPJ nº 58.616.119/0001-73 - NIRE 35300654684
Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Local, Data e Horário: Em 08/12/2025, às 15hs, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no parágrafo 4º do art. 124, da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença das Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença dos Acionistas. **Mesa:** Presidente: Sr. Paulo Roberto de Oliveira, Secretária: Sra. Laura de Barros Mello. **Deliberações aprovadas:** as Acionistas deliberaram por unanimidade, sem ressalvas ou restrições, nos termos do art. 9, (xvi), do Estatuto Social da Companhia, ratificar a celebração de Contrato de Locação firmado com a Construtora Said Ltda., com valor global de R\$ 1.824.000,00, assinado na data de 06/07/2025. Nada mais. Brodowski, 08/12/2025. JUCESP nº 430.939/25-5 em 17/12/2025 Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

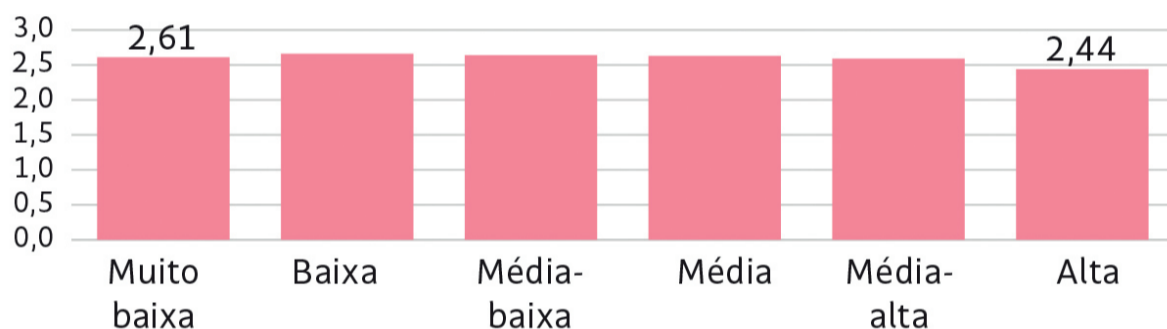
Inflação mensal, por faixa de renda das famílias

Variação em %



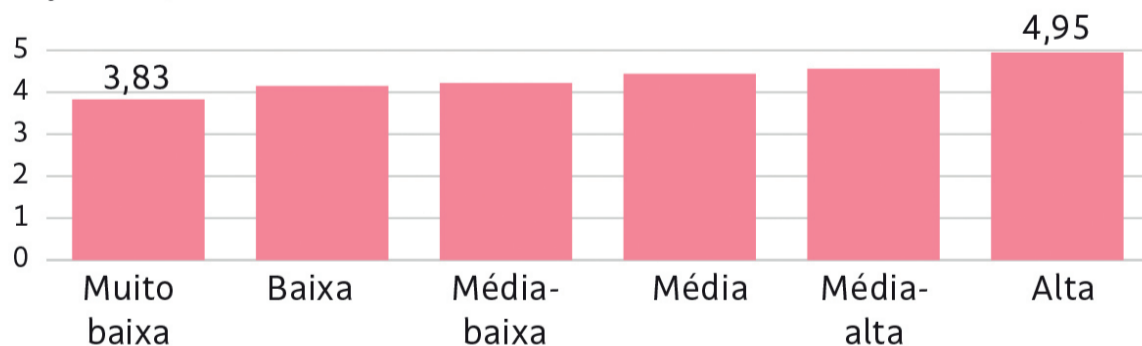
Inflação acumulada neste ano, por faixa de renda das famílias

Variação em %, até abr.26



Inflação acumulada em 12 meses, por faixa de renda das famílias

Variação em %, até abr.26



“Projeto Brasil”

Agenda fiscal e tributária

- Nova âncora**
Focar regra na trajetória da dívida/PIB
- Eficiência de gastos**
Eliminar subsídios ineficientes e privilégios
- Estímulo ao privado**
Reduzir tributos sobre produção e investimento
- Teto para despesas**
Limitar gasto ao crescimento do PIB

Produtividade e mercado

- Desestatização**
Transferir ativos via concessões e privatizações
- Desburocratização**
Acelerar abertura de empresas e licenciamentos de infraestrutura
- Livre mercado**
Remover barreiras e conter ativismo judicial
- Segurança jurídica**
Garantir o cumprimento integral de contratos
- Globalização**
Integrar o país às cadeias mundiais de valor

Desenvolvimento

- Indústria extrativa**
Atualizar leis de mineração e Margem Equatorial
- Educação e IA**
Requalificar o trabalhador para a era tecnológica
- Geopolítica**
Atrair capital global como porto seguro de investimento
- Social**
Manter Bolsa Família com rigor fiscal e controle inflacionário

Outras propostas*

- Previdência**
Usar a inflação para reajustes, não o salário mínimo
- Saúde e educação**
Aumentar a despesa pela inflação, não mais pela receita

* Propostas reveladas a empresários e investidores, mas desmentidas publicamente

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

NEGÓCIOS

Governo fecha acordo com FCA e vai retomar 3,1 mil km de trilhos



O MT (Ministério dos Transportes) chegou a uma proposta final para a renovação antecipada da concessão da FCA (Ferrovia Centro-Atlântica), maior malha ferroviária do país, com 7.220 quilômetros.

A pasta apontou ajustes finais no acordo e encaminhou à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), que deve enviar a minuta da prorrogação ao TCU (Tribunal de Contas da União) na próxima semana. A nova concessão precisa do aval da corte. Há pressa, porque o contrato atual, de 30 anos, vence em 27 de agosto. Se o novo acordo não for chancelado até lá, o ministério terá de recorrer a um novo aditivo para concluir a transação.

Como informou a Folha de S.Paulo, há possibilidade de ampliar o prazo do contrato atual em mais dois anos, embora o ministro dos Transportes, George Santoro, acredite que a aprovação antes de agosto é viável. "Estamos trabalhando com essa data, acredito que não teremos necessidade de ampliar o prazo", disse.

A proposta do governo foi costurada com a concessionária VLI, formada pela Vale, Brookfield, Mitsui e BNDESPar, além de fundos de investimentos.

Hoje, a FCA tem 7.220 quilômetros de linhas espalhadas por Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal. Com a renovação, a malha que permanecerá com a

VLI cairá para 4.110 quilômetros. O acordo prevê um investimento total de R\$ 27,6 bilhões na ferrovia, sendo R\$ 23,4 bilhões obtidos pela própria operação da malha e distribuídos ao longo dos próximos 30 anos de concessão.

Os demais R\$ 4,2 bilhões estão relacionados a indenizações pela devolução de 3.110 km de trechos classificados como inativos, deficitários ou sem viabilidade econômica. Parte deles será oferecida ao setor privado, em regime simplificado de autorização.

O plano é que todo valor, inclusive de indenizações, seja direcionado ao aprimoramento e reconstrução da própria FCA, por se tratar de um bem público que pertence à União. Folhapress

Bolo de pudim vira vitrine para confeitarias e impulsiona vendas após viralizar nas redes

O bolo de pudim (um bolo que é montado com minipudins na cobertura) voltou ao centro das vitrines e dos algoritmos após viralizar nas redes sociais e impulsionar vendas de confeitarias pelo país. Nesta sexta (22) comemora-se o Dia do Pudim.

Dados do Google mostram que as buscas por "como fazer bolo de pudim" e "bolo pudim de leite condensado" cresceram 390% entre março e abril deste ano, na comparação com o mesmo período de 2025. Já a procura por "receita de bolo pudim de leite condensado" subiu 405%. No YouTube, o interesse pelo tema aumentou 70%.

O movimento também apareceu nos aplicativos de entrega. Levantamento do iFood aponta que os pedidos de bolo de pudim cresceram 128,5% entre janeiro e abril deste ano, passando de 3,5 mil para 8.000 pedidos mensais, pico de registros desde o início dos dados (2024).

Confeitarias ouvidas pela reportagem relatam que muitos consumidores chegam motivados pela curiosidade despertada nas redes sociais, mas acabam comprando também outros produtos do cardápio.

"Muitas vezes, a pessoa chega por causa dele e depois conhece outros produtos", diz a confeitaria Sara Ferreira Simões, 35, dona da Cakeisso Confeitaria, que atende na zona sul da capital paulista.

Ela incluiu o bolo de pudim no cardápio há cerca de dois meses, impulsionada pelo interesse nas redes. "É uma combinação que chama atenção, porque junta duas sobremesas clássicas em uma só", afirma.

Desde então, conta que vendeu 298 unidades do produto, comercializado a R\$ 21,99, e teve faturamento de R\$ 6.553 apenas com a sobremesa. Atualmente, o doce é oferecido apenas duas vezes por semana, mas a confeitaria pretende ampliar a capacidade de produção. Folhapress

Disputa entre Birman e Jatahy na Azzas 2154 caminha para cisão do grupo



É como um casamento ruim: se arrastar demais, vai estourar. É assim que uma fonte a par dos negócios qualificou a disputa societária entre Alexandre Birman e Roberto Jatahy, os dois principais sócios da Azzas 2154, resultado da união entre Arezzo&Co e Soma e um dos maiores grupos de moda da América Latina.

O desfecho é incerto, mas parece caminhar para uma cisão. Porém, ainda que a separação do negócio fosse factível para já, haveria, no meio desse caminho, ao menos dois obstáculos importantes: o primeiro, relacionado ao timing. Os múltiplos da companhia (indicadores financeiros usados para avaliar se uma empresa está cara ou barata) estão subvalorizados, o que poderia levar a uma

precificação subdimensionada dos ativos.

O outro, uma grande dúvida em torno de quem ficaria com cada uma das marcas do grupo de moda, sobretudo duas delas: a grife de moda masculina Reserva e a de moda feminina Farm, incensada por estrelas estrangeiras em busca de "tropicalismo" e de brasilidade, e presente em espaços desejados, como a loja de departamentos Le Bon Marché, uma das mais antigas de Paris.

Há um possível desenho, costurado por bancos, segundo o qual as operações da Arezzo & Co, incluindo Hering e a Farm, ficariam sob o comando de Birman, junto à Reserva, enquanto Jatahy ficaria com as demais operações de moda feminina (Cris Barros, Animale, NV, Maria Filó). Portanto,

sem a Farm. Haveria ainda a possibilidade de a Farm ter as suas ações listadas fora. A informação foi publicada primeiro pelo Valor Econômico e confirmada pela Folha. Sem acordo, os próximos passos dependeriam das deliberações de um tribunal de arbitragem, conforme prevê o estatuto. Alexandre Birman, presidente da Azzas 2154, entrou com pedido de instauração de procedimento arbitral na última sexta-feira (15) junto à CAM (Câmara de Arbitragem do Mercado), da B3.

Birman reagiu a uma ação cautelar ajuizada em 12 de maio por Jatahy para impedir que a marca de vestuário masculino Reserva fosse retirada da unidade de negócios sob seu comando (chamado de Projeto021), localizada no Rio de Janeiro.